



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO VI - Nº 92 - 2ª QUINZENA DE JULHO DE 1995 - SOLIDÁRIO: R\$ 1,00 - NORMAL: R\$ 0,50

Viva a luta dos sem-teto de Diadema!

**Fora com as ameaças e perseguições
a Manuel Boni!**

**O Plano Real em Crise:
Organizemos a luta
nacional de massa para
derrotar a ofensiva
antinacional e antipopular!**

**60 anos do POR boliviano
Viva a Revolução Proletária!**

A crise do Plano Real: falta a ação unitária das massas para combatê-lo

O aniversário do Plano Real, comemorado pelo governo, convive com dificuldades no avanço das medidas neoliberais em todos os aspectos.

O essencial é que o plano neoliberal expressa as imposições do imperialismo sobre o país atrasado (semi-colonial). É a resposta do imperialismo à crise de superprodução capitalista, que consiste na contradição entre um enorme potencial produtivo desenvolvido e a estagnação do mercado mundial, controlado e estrangulado pelas frações imperialistas. Os países imperialistas respondem à crise com as políticas de formação de blocos continentais protecionistas, recolonização dos países capitalistas atrasados e impulso à restauração capitalista no leste europeu.

Os blocos pretendem reconcentrar capitais e mercados nas mãos dos países, capital financeiro e multinacionais imperialistas mais fortes, ao mesmo tempo em que erguem barreiras comerciais em relação aos rivais imperialistas mais fortes (EUA, Japão e Alemanha). Os avanços nessa campo têm sido muito reduzidos, porque implica na destruição física das frações mais débeis da economia imperialista, o que tem gerado muita resistência principalmente nos países da Europa, que negam-se a se submeter aos gigantes do capital financeiro alemão, francês, italiano e inglês.

O leste europeu

acenou no início da década como um gordo filão a ser explorado. Mas as crises político-militares na região, que se transformou num barril de pólvora de guerras étnicas e de frações da burocracia estalinista falida, criaram riscos impossíveis de se administrar, mesmo através da intervenção bélica.

Os maiores avanços do neoliberalismo ocorreram nos países da América Latina. A linha de destruir parte da economia com a abertura de mercado e recessão, privatizar estatais estratégicas, enxugar a máquina estatal para dar-lhe condições de pagar os investimentos parasitários do capital financeiro e tomar uma fatia do mercado para as multinacionais imperialistas rendeu muitos frutos. Às custas da destruição das economias atrasadas, da recessão, dos cortes de serviços sociais públicos e aumento de impostos, do aumento da miséria e desemprego, o grande capital imperialista conseguiu arrancar gordos rendimentos de aplicações financeiras em curtíssimo tempo, aumentar as exportações de mercadorias industrializadas para esses países, assumir o controle de setores estratégicos da economia (metalurgia, telecomunicações, minérios, energia, transporte portuário e aéreo) e dar um fôlego a suas economias, aumentando a produção e o emprego.

Por trás do plano neoliberal de FHC está a imposição do imperialismo para que o país crie as condições para sustentar o parasitismo financeiro internacional, que controla as dívidas interna e externa, e passe para o controle do imperialismo o mercado de 15 milhões de consumidores de nível de consumo europeu, ainda que para isso se jogue numa miséria insuportável os outros 135 milhões de brasileiros. Todas as medidas do plano se colocam nesse sentido: o de atender às exigências do imperialismo.

Não se trata de tarefa simples. A aplicação do plano neoliberal implica em destruir parte das forças produtivas nacionais, o que significa quebrar parte da burguesia nacional. As frações da burguesia nacional têm interesse em se associar ao imperialismo, para que, como sócios menores, possam se beneficiar

do aumento da opressão nacional. Mas sabem que cada passo do plano implica na falência de uma parte de capitalistas daqui. Dessa forma, assumem o papel de instrumentos da aplicação dos ditames imperialistas, mas chocam-se entre si, ao redor de interesses específicos. Estão de acordo em dois pontos: 1) aplicar o plano neoliberal e se associarem o máximo possível ao imperialismo; 2) descarregar o custo da destruição da economia sobre as massas. No restante, aparecem as divergências.

A crise econômica mundial se refrata sobre a economia nacional. O gigantismo do parasitismo financeiro pressiona o déficit dos estados nacionais e a alta inflacionária. O descontrole sobre a inflação, num quadro geral recessivo, desorganiza a economia e aumenta os choques entre as frações burguesas. Com isso, avança também a crise do regime político, e o Estado burguês não consegue agir para conter a crise econômica. As instituições burguesas refletem a crise e paralisam. A situação de superinflação combinada com recessão, que vivenciamos no governo Itamar, explica a falência da primeira tentativa de reforma constitucional. Era imperativo frear a crise, estabilizar a economia, para dar condições de haver negociação entre as frações burguesas dominantes e colocar o Estado a implementar as medidas neoliberais.

O Plano Real tinha como objetivo estabilizar minimamente a economia, para dar as condições políticas de efetivar o plano antinacional e antipopular. A queda da inflação era a condição para avançar a entrega do petróleo e telecomunicações, privatizações, reforma fiscal e tributária, ataques à previdência, saúde, educação e moradia, arrocho salarial etc. Por isso a luta de classes no país tem se concentrado no último ano entre a defesa a todo custo pela burguesia e a luta de massas, ainda que dispersa, contra o plano Real. A principal tarefa revolucionária do momento é a derrubada integral do plano antinacional e antipopular ditado pelo imperialismo.



A crise da política cambial e a volta da inflação

O governo tem mostrado dificuldades para administrar a inflação. O mecanismo criado para estabilizar a economia foi a artificial política cambial baseada numa valorização forçada do real frente ao dólar. O governo utilizou as reservas cambiais e uma altíssima taxa de juros para atrair dólares estrangeiros e encher o mercado interno da moeda americana. O resultado foi a valorização do Real, e com ela a estabilização dos preços. O congelamento dos salários num patamar rebaixado pela conversão da URV permitiu ao governo ganhar o apoio dos empresários à política cambial, porque compensou as perdas com as exportações. A queda da inflação deveria estabilizar a economia e dar condições para as negociações entre as frações burguesas ao redor das outras medidas do plano neoliberal. Por isso, a política cambial foi criada como um mecanismo transitório, que seria administrado com as reservas cambiais. Depois de aprovadas as medidas de reformas constitucionais, poderia-se afrouxar a relação cambial entre dólar e Real. Mas o ritmo da crise foi mais intenso que o esperado pelo governo.

A política cambial tinha contradições internas que a levariam ao colapso. A primeira delas é que a valorização do dólar inibe as exportações e favorece as importações, levando a um saldo negativo na balança comercial. O saldo negativo, ou déficit comercial, ataca as reservas cambiais do governo, que eram base para sustentar o valor do Real. E vão levando o governo a uma situação de incapacidade para continuar sustentando o parasitismo financeiro. Os investidores externos vão se apercebendo dos riscos de manter investimentos sem garantias de retorno real, e passam a retirar dinheiro do país. A redução do volume de dólares pressiona para cima o valor da moeda americana, e com ela a taxa de inflação. Assim, uma política que nasce para estabilizar a moeda está destinada a pressionar pela volta da inflação.

As manobras que o governo tem feito para contornar o problema só vão tornando a bomba inflacionária cada vez mais poderosa quando explodir no futuro. As medidas de contenção do consumo implementadas pelo governo estão baseadas principalmente na alta de juros. Sob a direção de Pedro Malan, o Ministério da Fazenda tem impulsionado a elevação dos juros, e tomado medidas de subsídio ao parasitismo financeiro de curtíssimo prazo. Com isso, o governo mantém atraídos os investidores, porque como os prazos são curtos, os riscos de inadimplência do governo são menores. Mas como o governo tem que pagar juros maiores, o rombo nas suas contas aumenta, o que vai

pressionar com mais força no futuro a inflação.

O Brasil foi o maior tomador de empréstimos através de bônus no mercado internacional, quase 3 bilhões de dólares no primeiro semestre. Esse dinheiro foi utilizado para tapar parte do rombo nas reservas cambiais de meses seguidos de déficit comercial. O aumento do endividamento externo também pressiona por mais déficit nas contas do governo, que estimulará a inflação.

As medidas recessivas do governo estão começando a fazer efeito. A elevação do consumo durante alguns meses esteve baseada na retirada de dinheiro das poupanças, que passaram a render nada. O aumento brutal do endividamento, do calote e dos cheques sem fundos mostra que a fase de crescimento econômico do plano passou, e que agora a recessão dá a tônica. Já há descontentamento generalizado entre empresários em relação à taxa de juros e à política recessiva do governo. A inflação já registra alta nos indicadores, ainda que manipulados. O quadro de inflação e recessão começa a se redesenhar.

O governo admite a inflação quando reajusta as tarifas públicas. O reajuste do gás, do nafta, dos transportes etc. mostra que já não é mais possível segurar os aumentos de preços. O fim do IPCr tem como objetivo eliminar qualquer indicador que sirva a reajustes salariais. Trata-se na verdade de um congelamento de salários, enquanto os preços começam a decolar. O governo recorre a mais arrocho salarial, para tentar barganhar com os empresários a manutenção do gigantismo do parasitismo financeiro.

A defesa dos salários e do emprego é o que existe de mais imediato para as massas. Exijamos da CUT, dos sindicatos e das organizações de massa que rompam com qualquer negociata de cúpula com o governo e o congresso corrupto ao redor do plano e chamem imediatamente a luta nacional de massa contra o confisco salarial. Exijamos a reposição de todas as perdas, o reajuste automático de acordo com a inflação (escala móvel) e o salário mínimo real de 900 reais.

Nacional



POR debate em rádios no Ceará

O POR teve espaço para falar na Rádio dos Bancários, na Resenha Sindical, na CBN e na Rádio Povo. Os temas tratados foram: A estratégia neoliberal; A ofensiva do imperialismo na América Latina e suas particularidades no Brasil; A falta de unidade do movimento grevista; A greve dos petroleiros; A necessidade da Frente única antiimperialista. Publicaremos resumo das falas no próximo Massas.

ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS

O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A DITADURA DO PROLETARIADO

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

NO NORTE E NORDESTE ESCREVA PARA

CAIXA POSTAL Nº 221 - FORTALEZA - CEARÁ - CEP 60001-970

CAIXA POSTAL Nº 2768 - CEP 59022-970 - NATAL - RN

A abertura de mercado em crise

Uma das imposições do imperialismo é a abertura dos mercados dos países atrasados. Os governos Collor, Itamar e FHC derrubaram as taxas de importação e o Brasil aumentou as suas importações em bilhões de dólares.

Passou a gastar um terço das suas importações em automóveis. Os sucessivos déficits comerciais e a fuga de dólares levaram o governo a dar passos atrás: aumentou a alíquota de importação para 70% e depois fixou uma cota máxima de 100 mil veículos para importação. Os seguidos déficits comerciais e a disputa entre as multinacionais de automóveis pressionaram o governo a limitar a entrada de veículos, em especial os asiáticos e italianos, no país. E abriu nova crise no Mercosul, com a Argentina ser-

vindo de instrumento para a pressão das multinacionais francesas sobre o Brasil. Os limitados passos dados pelo governo rumo à abertura de mercado esbarraram na crise interburguesa.

O Brasil está inserido no mercado mundial, e sofre as conseqüências das disputas interimperialistas. O imperialismo americano pretende que a América Latina seja um mercado para os EUA. A penetração de automóveis italianos e asiáticos concorria com a produção das multinacionais GM, Ford e da alemã Volks. Há também a disputa entre EUA e Japão ao redor do comércio de veículos e autopeças. A pressão americana sobre os países sob seu domínio econômico atinge diretamente o Japão e seus aliados do bloco asiático. E indiretamente a produção das francesas na Argentina. Como a importação de veículos franceses é uma pequena fração e em função dos interesses imperialistas na manutenção dos acordos do Mercosul, o governo brasileiro deixou a Argentina de fora da política de cotas.

Mas a abertura geral da economia

brasileira tem agravado a tendência recessiva interna. Os produtos estrangeiros são indiretamente subsidiados pelos países de origem com menos impostos, enquanto que os daqui arcam com o peso tributário. O governo e o imperialismo dizem que as empresas nacionais têm que se adaptar à concorrência externa, através do aumento da chamada produtividade. O que quer dizer que os capitalistas brasileiros têm que explorar mais ainda os operários para poderem competir com as multinacionais imperialistas subsidiadas. É o que os burgueses fazem: reduzem salários, demitem, aumentam a carga de trabalho, estendem a jornada de trabalho, terceirizam.

A abertura de mercado, embutida no Plano Real, agrava as condições de vida dos assalariados, e serve ao imperialismo, para concentração de capital e mercado. A luta contra o aumento da exploração leva à luta contra esse plano neoliberal, e se choca com o imperialismo e o grande capital nacional. Por isso adquire um caráter de luta antiimperialista.

Nacional



A Reforma Constitucional em crise

O governo festejou a aprovação no Congresso das reformas econômicas, que incluem o fim do monopólio estatal do transporte de cabotagem, do petróleo, telecomunicações e geração de energia elétrica e a eliminação da distinção entre empresa nacional e estrangeira. Com essas medidas aprovadas, não há mais impedimento legal para a privatização e entrega ao capital estrangeiro desses setores da economia.

Para o governo, não foi fácil a aprovação desses pontos. No início, FHC tentou aprovar várias medidas em bloco, através de negociações de cúpula com os partidos burgueses. Mas percebeu que seria uma incógnita a votação de pontos polêmicos conjuntamente, podendo levar ao fracasso de todos. A rejei-

ção da reforma da Previdência lhe deu sinal de alerta. Preferiu adiar os pontos mais polêmicos e insistir nos mais consensuais. Mesmo aí, a obtenção de maioria não foi fácil.

FHC teve que se deparar com a chantagem dos ruralistas, que exigiam a eliminação da cobrança da TR dos financiamentos agrícolas e o subsídio estatal para os juros. O acordo com o governo não foi a vitória total, mas parcial. FHC prometeu subsidiar 1 bilhão de reais de juros dos ruralistas, em troca de apoio para as reformas.

Para a oligarquia nordestina, FHC liberou quase 3 bilhões de reais em investimentos públicos na região, via Sudene, Sudenor etc. Todos sabemos que esse dinheiro vai parar nas mãos das oligarquias regionais, que assim venderam seu apoio a FHC e a suas reformas.

O PMDB, que era o partido mais dividido, foi comprado com a distribuição de cargos no governo, que "administrarão" centenas de milhões de reais.

O custo de aprovar emendas econômicas compromete o orçamento da União para este ano, estimulando a pressão inflacionária.

Agora virá a pior parte

A aprovação das emendas da ordem econômica não encerrou o processo de entrega das estatais estratégicas. Apenas eliminou as barreiras jurídicas. Agora as frações burguesas e imperialistas vão se chocar para ver quem é que fica com que fatia do mercado.

Mais do que isso, agora a revisão constitucional entra em sua etapa mais conflituosa: a das reformas fiscal, tributária e da previdência. O senador José Sarney, presidente do Congresso, determinou as férias de meio de ano, que não aconteciam há tempos. Seu objetivo é dar tempo para as negociações entre os partidos e frações burguesas.

A reforma fiscal e tributária pretende dar condições ao estado para bancar o parasitismo financeiro. O método é o de cortes de orçamentos de estados e municípios, bem como da saúde, educação, moradia e previdência, e o aumento de impostos. Isso mexe com os interesses das frações oligárquicas que controlam o Estado e o Congresso. A reforma da previdência encontra resistências entre as frações burguesas e entre as massas.

Tanto que o governo já recuou em sua proposta original e apresentou uma que inclui uma transição entre o modelo atual e o pretendido pelo governo.

O objetivo de cortar verbas de estados e municípios esbarra também na situação de falência destes. A recente greve de prefeitos do Paraná mostra o grau de insatisfação: o que as frações regionais querem é justamente o oposto: mais verbas.

De qualquer forma, o governo também utilizará o aumento de impostos. Dizem que é a democratização da cobrança de impostos: mais gente pa-

gando para que todos paguem menos. A tradução dessa demagogia sem-vergonha é que mais assalariados pagarão impostos para que os capitalistas paguem menos e ainda por cima suguem o sangue da nação no mercado financeiro.

A proposta de Adib Jatene, da volta do IPMF, é mais um mecanismo de expropriação em favor do capital financeiro. Diz o cirurgião que é preciso fazer voltar a cobrança de IPMF, mas agora com fins nobres: o de bancar as contas da saúde pública. Pura demagogia. O dinheiro da saúde pública tem sido desviado para pagar os com-

promissos com as dívidas interna e externa. A cobrança de IPMF só servirá para garantir que esse desvio continue. A saúde continua no buraco, e os bolsos dos parasitas especuladores ficam mais cheios, às custas da miséria e doença das massas.

Rejeitemos os cortes de verbas dos serviços sociais! Rejeitemos o aumento de impostos aos assalariados! Que só os capitalistas paguem impostos! Abaixo o plano de miséria e doença!

Nacional



O Plano Real fracassará. O governo atacará repressivamente as massas.

Construamos a unidade nacional das massas para derrubar o Plano Neoliberal

Por trás da crise do plano está a incapacidade da burguesia e do imperialismo em superar a crise capitalista. Como manter um parasitismo financeiro gigante e voraz sem aumentar a produção mundial? O aumento de capital está associado à extração de mais-valia. Se não há aumento da produção, como aumentar gigantescamente o capital? O que os capitalistas têm feito é aumentar a superexploração do trabalho na medida do possível. Redução mundial da massa salarial, extensão da jornada de trabalho, aumento do ritmo de produção, exclusão de direitos trabalhistas, esses são os mecanismos que permitem aos capitalistas avançarem sobre os salários para aumentarem forçosamente seus lucros. Mas os limites impostos pela estagnação do mercado mundial e pela impossibilidade de aplicar massivamente a informatização e robotização, pelo seu efeito de reduzir drasticamente a taxa de lucro, bloqueiam as possibilidades de aumentar em larga escala a extração de mais-valia. Assim, o capital financeiro torna-se cada vez mais parasitário e fantasmagórico. Assim, as crises do mercado financeiro tornam-se cada vez mais frequentes e de difícil controle.

A válvula de escape para a situação é o ataque feroz da burguesia às condições de vida das massas. Mas mesmo achatando insuportavelmente os salários, mesmo cortando os gastos com serviços sociais públicos, mesmo aumentando impostos, os planos

neoliberais sempre esbarram nos limites impostos pela crise estrutural capitalista. O que significa que não será possível alcançar uma estabilidade duradoura com essas políticas econômicas. As frações burguesas estarão sempre em choque, atacando-se mutuamente no objetivo de reconcentração de capitais e mercados. A democracia burguesa mostra-se cada vez mais incapaz de servir de instrumento para a burguesia processar suas divergências e encaminhar a condução da economia.

A tendência geral é de agravamento das lutas de classes e de frações de classe. Com o agravamento da crise do regime, o governo caminhará para o endurecimento da repressão estatal sobre as massas e suas organizações. A defesa da independência de classe das organizações de massa é fundamental para preparar os embates que estão por vir. Coloca-se com força o necessário combate à burocracia reformista, que paralisa os organismos de luta e bloqueia a ação direta. E a estruturação de novas direções, que armadas da política proletária, permitam dar expressão à tendência objetiva de agravamento das lutas sociais (de classe).

Começa a haver um desgaste do plano junto

às massas. Está colocada a possibilidade de generalizar e unificar as lutas contra o plano no seu conjunto. O único obstáculo é a política reformista e o controle da burocracia sobre a CUT, os sindicatos e organizações populares. A construção do POR, que é obrigada a se dar nesse quadro, é condição para a superação da crise de direção e para as massas romperem com o bloqueio reformista.

Participe em Julho

Partido Operário Revolucionário.

A Ofensiva Neoliberal e a Resposta Proletária;

dia 9 (domingo), às 15:30h, no SINTSEF, rua Gen. Sampaio 1600, casa 2 (em frente à praça da faculdade de direito).
Com a participação da Frente Revolucionária (PLP).

A Ofensiva Neoliberal e a Luta em Defesa da Escola Pública na América Latina;

dia 11, às 19:00h, no SINDIUTE, rua Tristão Gonçalves 356 (próximo à praça da Lagoinha).
Com a participação de um representante do SINDIUTE.

Atualidade e Perspectivas da Luta de Classes na Bolívia;

dia 12, às 19:00h, na sede da CUT, rua Major Facundo 1208 (próximo à praça do Carmo).

Participe do Debate e Conheça nossas novas publicações:

- A Estratégia Neoliberal e a Resposta Proletária.
- Estado de Sítio e Luta Revolucionária na Bolívia.
- As Lições da Greve dos Petroleiros.



Covas premiou os "fura-greve" e puniu os lutadores

A greve de 34 dias, que iniciou no dia 24 de março e encerrou no final de abril, teve como reivindicação central a luta pela reposição salarial. O movimento que iniciou forte foi aos poucos sendo corroído pela política demagógica de Covas, que pedia aos trabalhadores um pouco mais de tempo, pois o governo anterior havia deixado os cofres vazios e o estado totalmente endividado. Ao mesmo tempo que posava de democrata, usava de todos os artifícios para intimidar a parcela da classe mais conservadora. Um deles foi a reposição de aulas no

período de recesso escolar e o não pagamento, caso não se efetivasse.

Por outro lado, as direções dos sindicatos apostaram na greve pacífica, sem nenhum confronto com o governo, sem grandes ações de rua, sem piquetes, nas assembleias como única forma de mobilização e nos comandos intermináveis de convencimento aos fura-greve. Quando o movimento começou a recuar, a burocracia sindical partiu para as negociações com o secretário de Covas (Barelli), como única forma de conseguir alguma migalha. O resultado foi o acordo miserável de piso de 200 reais e a aceitação da reposição de aulas nas férias. O movimento não teve força suficiente para combater o governo e a burocracia entreguista.

Com a suspensão da greve, Covas instruiu a secretária da educação a manter a punição da reposição de aulas. Com isso, quer demonstrar a força do governo para combater os grevistas e, ao mesmo tempo, busca no interior da classe a sustentação de sua política de fome para os educadores, através do apoio que dos fura-greve.

Cabe aos lutadores, alunos e educadores, o trabalho de politização no interior das escolas. Caso contrário, a política de privatização das educação pública, anunciada através do sistema de parcerias, contará com essa parcela que relutou em ir à greve e com a burocracia, que se contenta com essas migalhas salariais.

Educação

Preparar a Campanha Salarial do segundo semestre

As condições objetivas para a retomada da campanha salarial estão dadas: hora-aula de 2 reais e péssimas condições de trabalho. Uma boa parte das escolas não possui o quadro de professores e funcionários completo. Os salários extremamente arrojados e os frequentes atrasos no pagamento de até 4 meses para os recém-contratados têm contribuído para a evasão de professores. São inúmeras as classes que ainda não tiveram nenhuma aula de português, matemática, física, química etc. Esse é o retrato mais cruel do sucateamento da escola pública.

Por outro lado, os preços dos produtos, aluguéis, transportes etc estão subindo. A política do governo de desindexar os salários e liberar os preços atingiu de cheio os trabalhadores em

educação. Covas prometeu discutir a questão salarial somente em março de 1996. Até lá, o que existe é uma Comissão técnica, criada pelo próprio governo, que está empenhada em acabar com as poucas conquistas obtidas no estatuto do magistério.

Certamente, não é possível conviver com essa miséria até 1996. É necessário organizar desde já as escolas para responder a esses brutais ataques. Os governos têm agido violentamente contra os movimentos grevistas. O exemplo da intervenção militar nas greve dos petroleiros, o confisco dos bens dos sindicatos e as demissões são provas de que farão de tudo para manter as medidas neoliberais do Plano Real. Covas não fugirá a regra. Para isso, é preciso preparar a unidade dos assalariados contra o Plano econômico de conjunto. A mobilização dos professores, nesse segundo semestre, deverá assumir tal perspectiva. Nesse sentido, são inúmeras as categorias que terão data base no segundo semestre, como bancários, metalúrgicos, têxteis etc. Cabe às direções sindicais, imediatamente, traçar um plano de ação comum.

A paralisia da CUT e dos sindicatos, em particular a Apeoesp, só favorece a política neoliberal

do governo. Exijamos das direções um plano de mobilização, que tenha como perspectiva a deflagração da greve geral contra o Plano anti-nacional e antipopular de Fernando Henrique Cardoso.

A conversa fiada de que a greve não é mais um instrumento eficaz de luta nos serviços essenciais (saúde, educação, transporte, combustível etc), dita pelos burocratas da CUT fortalece as medidas neoliberais de privatização e quebra da soberania nacional. Os professores devem rechaçar essa conduta traidora da burocracia, construindo a unidade efetiva na luta com as massas exploradas.

No dia 23 de agosto está marcada a primeira assembleia desse semestre. Devemos mobilizar o conjunto da classe, através da discussão nas escolas, encontros de educação, reuniões etc. da política dos governos para com a educação pública e das medidas neoliberais. As lições das últimas greves servem de ponto de partida para o próximo etapa de luta. Não é hora de comodismo! Não é hora de trégua ao governo privatista! É hora de organizar a ação da classe!



As alianças do PSTU

No movimento dos professores, o PSTU não tem feito oposição à burocracia sindical da Apeoesp. Nas últimas greves, esteve ao lado da Articulação para defender a saída pacífica da ocupação da Assembléia Legislativa (1993), a suspensão da greve, quando a política da diretoria era de desmonte da mobilização e se opôs as ações mais radicalizadas (bloqueios, ocupações), como sempre fazem os burocratas.

O PSTU vem buscando a unidade com os setores descontentes do PT. Foi assim que ocorreu no Congresso da CNTE e, agora, para a tirada de delegados para a plenária estadual da CUT. O PSTU se aliou à Força Socialista, a O Trabalho, à Hora da Verdade (grupo ligado ao deputado Ivan Valente) contra as correntes que se reivindicam do movimento de oposição na

Apeoesp (o POR, a Liga (dissidência do PSTU), Coletivo dos Trabalhadores, Independentes e outros).

Como se vê, o PSTU vem apostando na aglutinação dessa franja que ora atrita com a direção majoritária do PT. Certamente, procura a configuração de uma nova frente sindical com todos esses setores que não se opõem à estratégia do PT, ou seja, da frentes populares, uma política eleitoral de unidade com frações do pequeno e médio capital (burguesia). O centrismo dos morenistas (direção do PSTU) se expressa em tais acordos e no apoio a Lula. É só lembrar a campanha eleitoral de 1994, quando o PSTU embarcou no eleitoralismo da Frente Brasil Popular.

Os aliados do PSTU são aqueles que espancam os trabalhadores sem-teto de Diadema. O prefeito petista é

da ala "radical" do PT, com quem o PSTU se soma. Esses aliados estão em oposição aos interesses imediatos e históricos das massas exploradas. O PSTU não rompeu de fato com o reformismo petista.

O PSTU tem se juntado aos setores que sempre apoiaram a direção burocrática da Apeoesp. Portanto, nada tem a ver com o Movimento de Oposição, que tem em seu programa a luta contra a burocracia, o corporativismo e a defesa intransigente da ação direta dos trabalhadores em educação contra o governo neoliberal.

Educação

Formação

Origem Histórica do Sindicato - II

O Movimento Sindical

"Cada passo do movimento efetivo é mais importante que uma dezena de programas". Repetir estas palavras em uma época de dispersão teórica significa o mesmo que gritar em um enterro: "Oxalá tenha sempre um morto para levar!". Além disso, estas palavras de Marx foram tomadas de sua Carta sobre o Programa de Gottha, na qual censurava duramente o ecletismo no enunciado dos princípios: "Já que faz falta unir-se (escrevia Marx aos chefes do Partido), pactuem acordos, mas não trafiqueis com os princípios, não façais 'concessões' teóricas". Este era o pensamento de Marx, e aqui que entre nós há pessoas que em seu nome tratam de diminuir a importância da teoria!"

(Lenin, Obras Completas, Volume IV)

A importância do movimento sindical está em que é um movimento próprio da classe operária. O proletariado boliviano (que se nutre socialmente das associações de artesãos arruinados, das formações camponesas destruídas e de todos os setores da classe média proletarizados, todos sob o potente influxo da penetração capitalista) não é só a classe mais importante (pese seu pequeno número), pelo papel que ocupa na produção nacional; sendo, sobretudo, a única classe revolucionária, considerada historicamente. A libertação da classe operária terá como último signifi-

cado a libertação de todas as classes oprimidas da sociedade. É suficiente indicar que, por exemplo, a libertação dos indígenas só será possível quando estes se fizerem presentes na história sob a direção do proletariado, isto é, quando forem a base social da revolução proletária, da mesma forma que o foram da burguesia no século passado.

Os sindicatos ainda que constituam somente um dos meios, e não o único, de que dispõe a classe operária para sua luta diária, podem adquirir uma enorme importância com referência à luta pela emancipação dos trabalhadores; isto sempre que tiverem força suficiente para evitar em primeiro lugar seu estrangulamento pelas próprias burocracias operárias. Por ser o eixo que agrupam o setor mais avançado do proletariado na luta pela conquista, não só das reivindicações econômicas vitais, como também das políticas (não se pode esquecer que têm que lutar, cada dia com maior energia, para manter sua independência de classe frente às intenções governamentais de subordinarem os organismos operários a seu próprio interesse e por conseguir toda uma série de conquistas democráticas burguesas), deste fato nasce a grande importância dos sindicatos como organismos de base. Nenhuma corrente, verdadeiramente revolucionária, pode se omitir do movimento sindical.

Seria leviano sustentar que a importância dos sindicatos no movi-

mento revolucionário, está meramente no fato de serem sindicatos. Os sindicatos podem servir tanto aos interesses da classe operária como podem ser dirigidos contra ela. As finalidades perseguidas pelos sindicatos podem verse comprometidas pelas finalidades que seus dirigentes têm interesses de impor. Mas ainda os sindicatos, podem se converter em sérios obstáculos da luta operária, quando não conseguem superar os erros do oportunismo, sob cujo peso caíram muito fundo; quando não podem libertar-se de seus dirigentes burocratas, que em troca de pagamento ou não, conchavam com a burguesia.

Os operários devem saber que não é suficiente estarem atuando nos sindicatos, há que travar uma luta sindical em busca de uma direção revolucionária. Os operários têm que aprender que a primeira lição da luta revolucionária é varrer as burocracias sindicais.



A ocupação da Prefeitura Municipal de Diadema pelos sem-teto

Foram um ano e seis meses de reuniões e enrolação por parte do prefeito e seus assessores. Então, o movimento resolveu, antes de ocupar a terra, efetuar uma ocupação na prefeitura municipal. No dia 6 de julho, desde às 8 horas da manhã, o movimento tomou conta de todo o espaço do departamento jurídico, imprensa, computadores e parte do gabinete.

Num primeiro momento, o prefeito tentou desmobilizar o movimento instalando um potente som e chamando os sem-teto para lhe ouvir. O movimento respondeu com a exigência de que o prefeito viesse na assembléia do movimento, o que foi obrigado a fazer. Assim, diante de nossa assembléia, teve que justificar sua proposta e chegou ao absurdo de afirmar que os sem-teto queriam a terra de graça, mas gastavam dinheiro tomando cervejas etc.

O movimento mostrou os holerites de pagamentos dos sem-teto,

que não atingem R\$ 360,00, com uma variação de R\$ 100,00 a R\$ 350,00. E com aluguéis variando de R\$ 100,00 a R\$ 280,00, tornando impossível aceitarmos a proposta. Sem se sensibilizar com o clamor do povo, o prefeito se retirou com a mesma proposta.

O movimento continua. Toda pressão é feita contra: ameaças, boatos e intimidações com a polícia militar. O prefeito aposta no esvaziamento do movimento. Este, pelo contrário, cresce dia a dia. Assembléias massivas são realizadas. Então, o prefeito assume como alternativa o desalojamento pela força militar.

Como no governo Fleury, às 3 horas da manhã, o aparato militar de 350 homens desaloja os sem-teto.

O movimento continua e, numa assembléia massiva, decide fazer uma passeata do Fórum até a Prefeitura. Outra vez a repressão militar entrou em ação, prendendo o som do movimento e detendo 5 companheiros. O movimento acampa em frente à delegacia até a liberação de todos.

A prefeitura alega ameaça de ocupação do terreno da SANKO e autoriza a ocupação por parte dos movimentos estatizados (controlados pela prefeitura petista).

O que a população deve saber: que nenhum apartamento será construído nesse local em curto prazo; que a pre-

feitura vai tornar esse local numa favela, transformando os ocupantes em cabos eleitorais do Felippi, que está obcecado para continuar na prefeitura, uma vez que a Constituição autorizou a reeleição de prefeito.

Assim, a ocupação por parte da prefeitura tem o objetivo político de ganhar a convenção do partido (PT) derrotando seu rival ex-prefeito. Para tanto os sem-teto então estão lutando contra os inimigos dos seus inimigos.

Toda a bateria montada para exigir moradia da prefeitura deverá ser montada para a mesma exigência por parte do governo. Além dessa luta neste momento, os sem-teto devem ir se preparando para a solução encontrada pela maioria nas ocupações.

A organização e a formação política são essenciais neste momento, pois os politiquinhos jogarão pesado para derrotar o movimento. Devemos construir uma rede de colaboradores, de divulgadores do movimento, capaz de se contrapor aos meios de comunicação, televisão, rádio, jornais e toda estrutura da prefeitura e estado que fatalmente se voltarão contra nossa luta.

A resistência é a certeza de nossa vitória.

Movimento Socialista Independente pela Terra

Abaixo a repressão sobre os sem-teto!

Em defesa da moradia! Pela liberdade de manifestação!

Chega de ameaças e perseguições ao movimento!

O prefeito de Diadema utilizou do aparato militar repressivo para tirar os sem-teto que haviam ocupado a prefeitura no dia 06 de julho. Os sem-teto exigiam do prefeito Felippi a mudança da proposta de pagamento do terreno da empresa SANKO. A proposta do prefeito é que os sem-teto paguem 65% do valor do imóvel, com

uma entrada de 200 reais e mais uma prestação de 48 reais. Isto sem qualquer garantia de propriedade sobre a terra em que seriam construídos os prédios. As famílias de sem-teto têm renda entre 100 e 350 reais, e pagam aluguéis entre 100 e 280 reais. Os sem-teto reivindicam pagar a moradia DEPOIS de entrarem nas casas, DEPOIS de saírem do aluguel. Isso porque é impossível pagar aluguel e mais a prestação com os salários que ganham.

A resposta do prefeito petista foi a mesma de Quercia, Fleury, José Au-

gusto e outros: a violência militar contra os ocupantes. Não bastasse a violência do despejo, intimam através da justiça burguesa Manuel Boni a prestar depoimento sobre a ocupação da prefeitura.

Diante desses acontecimentos, o Movimento Socialista Independente pela Terra organizou uma manifestação em frente ao Fórum no dia 12, onde ocorria a audiência de Manuel Boni e, em seguida, dirigiram-se à prefeitura para chamar o atendimento da reivindicação.

Logo no início do ato, os manifes-



tantes foram atingidos por uma brutal violência policial e pela prisão de 3 pessoas do movimento. Mesmo assim, demonstrando grande disposição de luta os sem-teto, em passeata, se dirigiram à delegacia de polícia exigindo a liberdade dos companheiros, defendendo o direito à moradia.

A nova repressão do prefeito sobre os sem-teto mostra sua disposição de agir repressivamente para assegurar os interesses dos capitalistas, contra a luta dos trabalhadores. Fracassou na tentativa de dispersar o movimento através do despejo na prefeitura, porque o movimento continuou organizado. Agora Filippi aumenta a repressão, mas os sem-teto não se intimidam e continuam sua luta.

O prefeito petista de Diadema reprime a população que reivindica moradia. Da mesma forma, FHC utilizou a tropa do exército para invadir as refinarias, na greve dos petroleiros, colocou a polícia para espancar os manifestantes que protestavam contra o Plano Real. O mesmo acontece com Covas, que usou de violência militar contra os professores que lutavam contra o salário de fome. Todos eles agem da mesma maneira quando se trata de defender o regime de exploração do trabalho (capitalismo) e a propriedade burguesa. Os partidos



burgueses estão sempre à serviço dos patrões e do grande capital nacional e estrangeiro. O PT não tem ficado muito atrás.

Os trabalhadores, que sentem na pele o arrocho salarial, a miséria e a fome impostos pelo governo através dos planos econômicos, necessitam lutar para se defenderem. O que faz o Movimento dos sem-teto de Diadema é responder aos brutais ataques do governo. O direito à moradia, ao salário mínimo real, hoje em torno de 900 reais, reposição das perdas salariais, reajuste automático de acordo com a inflação real, emprego a todos, defesa da previdência pública, educação e saúde gratuitas são reivindicações vitais dos trabalhadores.

Nesse sentido, exigimos que a CUT, os sindicatos e associações e todos aqueles que se reivindicam do movimento operário que saiam em

defesa da vida das massas. A paralisação do movimento sindical tem contribuído para o aumento da exploração e da carestia. Enquanto isso, o governo tem imposto as medidas neoliberais de privatização de nossas estatais e de expropriação dos salários.

Para enfrentar a ofensiva governamental é preciso organizar imediatamente os comitês de luta nos bairros, sindicatos, associações etc. Preparemos a unidade dos sem-teto e de todos os explorados contra a política de miséria do governo.

Abaixo a repressão do prefeito sobre os sem-teto!

Fora com as ameaças e perseguições a Manuel Boni!

Viva a luta do Movimento Socialista Independente pela Terra!

13/07/95

Tendência pelo Partido Operário Revolucionário

Movimento Operário



A problemática da moradia

Os sem-teto e sem-terra nascem juntamente com o capitalismo, ou seja, com os patrões e o trabalho assalariado.

Antes, os oprimidos tinham sua casinha e seu pedaço de terra para plantar e morar e eram conhecidos como servos porque tinham que servir aos senhores feudais.

Com o capitalismo e a introdução das máquinas, os novos dominantes da sociedade passaram a necessitar de gente para colocar as máquinas para funcionar e de matéria-prima para transformar em peças e mercadorias.

Assim, os camponeses foram expulsos de suas terras. Os burgueses mandaram atear fogo nas casas de camponeses e os obrigavam a vir morar nas cidades. Dessa forma, foram obrigados a venderem suas energias em troca de um salário, pondo em movimento as máquinas dos burgueses que começavam a prosperar.

Foi exatamente assim que nasceu a problemática da moradia como a conhecemos, assim nasceram os sem-teto.

Marx e Engels constataram que a problemática da moradia é fruto da contradição entre o campo e a cidade, própria do capitalismo. E que a solução desse problema passa necessariamente pelo fim do capitalismo.

Marx e Engels constataram ainda que quando os capitalistas falam em resolver essa problemática nada mais fazem que retirarem dinheiro dos cofres públicos e repassarem para as grandes empreiteiras e construtoras.

Diante das pressões dos movimentos, os governantes capitalistas acharam formas de contê-los e ficarem ludibriando-os. Uma dessas formas é o conhecido mutirão, onde podemos notar algumas manobras. Como por exem-

plo, a demora no processo de construção. Leva-se até 5 anos para se construir 100 residências, como foi o caso dos apartamentos do Gazuzá. Trata-se de uma violência que obriga o sem-teto e sua família a aumentarem sua jornada de trabalho trabalhando nos fins de semana.

A estatização do movimento é uma outra forma de bloquear a ação direta e cercar a manifestação instintiva dos sem-teto. Ganhando a direção política e organizativa dos movimentos, os partidos burgueses ou reformistas bloqueiam a luta e levam o movimento ao controle dos governos. Assim, as organizações das massas acabam defendendo os mutirões e toda forma de solução do problema que interessa aos governantes.

Os sem-teto têm procurado reverter essa situação através da organização em movimentos independentes e da exigência de que os poderes públicos executem as obras de construção de moradias populares pelo sistema de frentes de trabalho (mão de obra assalariada). A alternativa que resta aos sem-teto é o afavelamento que tem ocorrido nas grandes cidades (as ocupações de terra).

É obrigação dos sindicatos operários encabeçar essas lutas, porque são os baixos salários e a opressão patronal que tornam o problema da moradia uma tormenta para os assalariados.

Os Primeiros Trotskistas no Brasil- II

Dando continuidade ao desenvolvimento da história do trotskismo iremos falar do desenvolvimento do Grupo Comunista Lenin com o surgimento do jornal "A Luta de Classe" até a construção da Liga Comunista.

Internacional

Do surgimento do "A Luta de Classe" à Liga Comunista

O jornal "A Luta de Classe", lançado em 8 de maio de 1930, foi a consolidação da formação do grupo, com o caráter de fração do PC. Como afirmava em seu primeiro número: no "seu caráter oposicionista não se coloca a questão do rompimento com o Partido", sendo que "seu agrupamento tenta convencer a maioria do Partido de que ela deve restabelecer os princípios e a política revolucionária, opondo-se aos desvios que o estalinismo está introduzindo em todos os organismos partidários", levando como sua luta principal a luta pela revolução por etapas ou "revolução por retalhos" como a chamavam ("Nossos Propósitos", em *A Luta de Classe*, nº1, 08/05/30).

Lobo colaborou com o primeiro número de *A Luta de Classe*, mas, quando foi deportado para o Uruguai, suas ligações com o GCL tornam-se mais frágeis, apesar de nunca terem sido interrompidas totalmente.

Após a edição do quarto número de *A Luta de Classe*, em agosto de 1930, houve um intervalo de dois meses e o número 5 só foi publicado em outubro durante o episódio da Revolução da Aliança Liberal. A partir de setembro, o Grupo começou rapidamente a perder consistência e a se fragilizar. Em 2 de outubro de 1930, Lobo enviou uma carta a Pedrosa, onde

trouxe críticas ao jornal e à reduzida militância do GCL, enfatizando a necessidade de recrutamento nas fileiras do PCB, deixando claro que o GCL não é uma segunda edição do PC, mas sim um grupo de oposição cuja maior força está dentro do próprio PC, sendo esta constituída da verdadeira massa revolucionária do PC e de elementos expulsos formalmente por defenderem a integridade de princípios da ameaça da burocracia.

Ainda assim um pequeno grupo ao redor de Pedrosa conseguiu intervir nas manifestações populares quando as tropas aliancistas chegaram à capital, editando um panfleto que convocava os trabalhadores a se organizarem imediatamente não esperando nada da burguesia. Depois dos acontecimentos de outubro, Pedrosa adoece e, ao se afastar para tratamento, o grupo não se mantém estruturado, demonstrando assim sua fragilidade político-organizativa.

Aristides Lobo e a Liga Comunista

Em uma carta a Lívio, datada de 2 de janeiro de 1931, Coutinho mostrou claramente o nível de desagregação do Grupo. Afirmava que: "do nosso grupo, aqui nem cinza resta, e das atividades proletárias aqui nada sei, a não ser as petições ao collarzinho..." (Lindolfo Colloz, Ministro do Trabalho).

Porém, este marasmo foi sacudido pouco depois com a repercussão da "Carta Aberta aos membros do Partido", lançada por Lobo em 29 de dezembro de 1930, após ter sido expulso do PCB, onde, rompendo publicamente com o partido, declarou-se membro da Oposição de Esquerda. Nessa, além de assinalar os erros que o PC praticou em relação ao movimento da pequena-burguesia, militares e golpistas, lembrou as bases em que se deveria considerar a disciplina partidária, a fim de que todos os membros do partido tivessem disposição e coragem de vencer as ordens burocráticas, a discutir os problemas reais das classes trabalhadoras. E denunciou o método de desmoralização, baseado em calúnias, que o Partido Comunista já levava na prática, citando o exemplo da sua própria exclusão ("Carta Aberta aos Membros do PC", em *Na Contracorrente da História* pag. 45). Quando retornou ao Brasil, Lobo impulsionou de fato o GCL e se tornou uma alavanca fundamental para reunir novamente os oposicionistas junto com Lívio e Pedrosa em janeiro de 1931.

Nesse momento, São Paulo se tornou o centro propagador do movimento operário devido às posições liberais demagógicas do "tenente" João Alberto. Este procurou facilitar uma "autoriza-

ção" para o funcionamento de um PC, articulando-se com militantes recém-expulsos do PCB (Luís de Barros, Josias Carneiro e Plínio Gomes de Melo, este último caminhando para uma aproximação com o GCL). O PCB tentou relacionar a legalização desse PC com os oposicionistas. A Oposição, por sua vez, criticou duramente a posição de Melo, convencendo-o a fazer uma auto-crítica de suas posições no *A Luta de Classe*, número 6 de agosto de 1931.

Em 1931, os trotskistas já reúnem cerca de 50 militantes. Contando com numerosos adeptos entre os operários gráficos, passaram a dirigir a União dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo (UTG-SP). Nessa época, formalizaram a sua dissidência, fundando a "Liga Comunista: Oposição Leninista do Partido Comunista do Brasil" (LC) e se associando à Oposição de Esquerda Internacional, fundada em 1930 em Paris. Um documento da época declara: "como aderente da Oposição de Esquerda à III Internacional, o GCL, ampliado consideravelmente em seus efetivos, passa a se denominar Liga Comunista, seção brasileira da Oposição de Esquerda Bolchevique-Leninista" ("A Fundação da Liga Comunista", in "Boletim da Oposição", janeiro de 1931).

A fundação da LC se deu nos dias 21 e 22 de janeiro de 1931. Aristides Lobo foi eleito secretário-geral, dessa reunião participaram Lívio Xavier, Plínio Gomes de Melo, João Mateus, Benjamim Perel, Mario Pedrosa, Victor Azevedo Pinheiro, João da Costa Pimenta, uma pessoa identificada com o codinome de Pedro e Salvador Pintaúde (editor da UNITAS). Pedrosa foi incumbido da ligação com a Oposição de Esquerda Internacional e da organização da seção no Rio, Lívio foi encarregado da Agitprop (secretaria de agitação e propaganda), João Mateus o tesoureiro e Pimenta o responsável sindical.

Durante toda a fase inicial da LC, não se conseguiu fazer o trabalho de forma coletiva, as ações continuavam individuais e Lobo se esforçava para manter o trabalho do Partido disciplinado. Alguns alegavam que Lobo tinha uma tendência a sobrepor as questões disciplinares aos problemas políticos, chegando a gerar atritos. O problema organizativo indicou a pouca assimilação dos primeiros trotskistas brasileiros quanto ao caráter centralista-democrático do Partido, o qual pressupõe elaboração e ação coletivas altamente disciplinadas.

No próximo número discutiremos algumas posições programáticas desenvolvidas pelos trotskistas da década de 1930 nas páginas de "A Luta de



60 anos do POR Boliviano

Que aspectos fundamentais do Partido Operário devem por em destaque em seu sexagésimo aniversário?

Internacional



que o proletariado (força de trabalho não proprietária dos meios de produção), componente fundamental das forças produtivas, encarna as leis da história da sociedade atual, há que concluir que há partido revolucionário unicamente no caso de que se concretize como programa, que expresse a finalidade estratégica da revolução e ditadura proletária.

O POR tem se construído, tem se desenvolvido, superado suas crises internas, enfim, vem se realizando, ao concretizar-se, ao evoluir, como programa revolucionário da classe operária. Temos conseguido chegar a ser (em 1995) a grande referência

capital é o de conduzir os explorados e oprimidos (as classes e nacionalidades nativas majoritárias) pelo caminho insurrecional.

O POR mostra sua verdadeira fisionomia quando expressa que, desde sempre, encarna a rebelião da nação oprimida contra o imperialismo saqueador e contra a burguesia, que serve àquele. É a mesma rebelião contra o Estado burguês, contra a autoridade, contra a constituição política e contra todo o ordenamento jurídico.

Essa realidade não pode senão traduzir-se no trabalho simultâneo tanto dentro do legalismo como na clandestinidade, isso de maneira permanente. O revolucionário profissional porista está formado para trabalhar com eficácia em ambas as esferas.

3. A solução do problema do armamento das massas. Vitória ideológica do Partido frente à burguesia

Dois aspectos fundamentais diferenciam o POR e o potenciam: 1) a solução do problema do armamento das massas, através de sua política militar dirigida a ganhar os melhores elementos uniformizados para o programa da revolução proletária; 2) o fato de que encarna a vitória ideológica do proletariado frente a burguesia, primeiro passo decisivo que se dá no caminho que conduz à conquista do poder político.

(Extraído de *La Colmena* - nº 1250 - junho/1995 - Guillermo Lora)

PRIVATIZACION: IMPERIALISMO SE ENGULLE ENDE

Combatimos la privatización (capitalización) porque importa un mayor sometimiento de la producción boliviana al imperialismo. Por su naturaleza, los grandes para poner en orden las empresas que componen la nación que despiden a los obreros y recontratar a un número menor debido a la tecnología avanzada.

La cuestión fundamental es la siguiente: el capital financiero viaja al país para explotar económicamente como los melanos, en los sectores que le interesa (electricidad) empujando el resto de la economía al atraso, incluso la ciudad de la roscader. La historia

del presente siglo es ilustrativa al respecto.

Por su naturaleza, Bolivia del atraso y de la miseria, toda la nación oprimida, sometida solo a la dirección del proletariado, tiene que derribar la muralla imperialista, nacional al capital financiero. El objetivo estratégico no es conformarse con el mejoramiento de algunas de todas las empresas existentes; sino lograr el desarrollo global de las fuerzas productivas. Esta tarea no puede ser realizada por la burguesía nativa ni por el gobierno de Goni.

No olvidar la gran lección histórica: el gobierno monarquista, que

en 1952, apareció como antimperialista, ahora está entregando todas las empresas estatales al imperialismo. El MNR no recupera nada para el país, y está porque es definitivamente vendimista.

Pero Goni derrota a la oposición burguesa y reformista porque abre las puertas al capital financiero y porque los negociados de los políticos criollos a veces permanecen encubiertos.

Los bolivianos, si quieren liberarse de la opresión imperialista, tienen que derribar a la burguesía y al gobierno para luego expropiar empresas controladas por el capital financiero.

RECHAZAR LA INVASION A ISIBORO SECURE

Las tropas armadas en el Isiboro Secure y su misión se expulsar a los campesinos expulsados allí.

La respuesta correcta:

Expulsen a los invasores!

1. Significado do Partido-programa, que o permita expressar as leis da história e dar conteúdo político ao impulso instintivo das massas

Que ninguém estranhe o fato de dizermos que a maior transcendência do trotskismo boliviano está em que se estruturou como Partido-programa. Reiteramos a conclusão de Trotsky no sentido de que o partido é o programa, pois este se organiza, adota uma determinada forma e adota métodos concretos etc, com a finalidade precisa de materializar o objetivo estratégico assinalado pelo programa. Existe este documento quando o partido se lança a conhecer a realidade nacional transformando-a, pois é daqui que sairá a finalidade estratégica, a forma de governo, que busca através de sua luta diária. Unicamente partindo da interrelação entre programa e partido pode-se determinar se este último é revolucionário ou não.

Isso significa que o Partido-programa tem conseguido revelar as leis do desenvolvimento e a transformação da sociedade. Se se tem em conta

política revolucionária das massas, sua direção com capacidade de conduzi-las à vitória final, porque nosso programa é a expressão da experiência da classe operária, da evolução de sua consciência de classe. O POR é a consciência de classe do proletariado, por isso tem a capacidade, a possibilidade, de expressar politicamente o que é o impulso instintivo na luta das massas.

2. O partido de revolucionários profissionais, formados para os trabalhos clandestino e legal

É o programa o que tem determinado que o POR, que é o marxismo-leninismo-trotskismo boliviano, adquiriu a estrutura bolchevique. O fato de ser uma organização de revolucionários profissionais é a resposta a uma necessidade concreta, a de conduzir as massas para a conquista do poder pelo caminho insurrecional.

Na atualidade e também ao longo da história político-social do país, é e tem sido o único partido de tais características, isto porque seu objetivo

Visão Panorâmica do Programa do POR

I. Caracterização do país e finalidade estratégica

O POR tem superado a discussão na esquerda continental acerca da caracterização de um país tipicamente atrasado como a Bolívia. Diz que se trata de um país capitalista atrasado, de economia combinada e integrante da economia mundial. O que quer dizer que já está vivendo sua experiência capitalista e que já não há tempo nem possibilidade para esperar um desenvolvimento global das forças produtivas sob a opressão imperialista. É a própria economia mundial a que impõe a maturidade das condições objetivas da revolução, de maneira que a transformação socialista se apresenta como uma necessidade histórica.

Apesar do desenvolvimento capitalista se dar em um pequeno setor do país, o proletariado constitui a classe revolucionária por excelência.

O objetivo da luta constitui na urgência de arrancar o país do atraso e da miséria, tarefa que passa às mãos do proletariado, porque a burguesia nativa é submissa ao imperialismo e não revolucionária (exemplificada pela falência do MNR como partido capaz de dar resposta aos grandes problemas nacionais).

A aliança operário-camponesa se impõe como chave para o cumprimento da revolução, única maneira da classe operária ser dirigente da nação oprimida. A revolução terá de ser necessariamente agrária e de libertação nacional.

O objetivo é a conquista do poder pela via insurrecional para instaurar a ditadura do proletariado (entre nós será um verdadeiro governo operário-camponês). Esse governo estatizará os meios de produção, planificará a economia, cumprirá plenamente os objetivos democráticos-burgueses pendentes para transformá-los em socialistas. A revolução, que necessariamente começará dentro das fronteiras nacionais, se projetará ao campo internacional, única maneira de superar todos os obstáculos que encontre no caminho.

O internacionalismo proletário corresponde ao caráter mundial da economia. A classe operária tem de organizar-se em partido mundial com centralismo democrático.

Não pode haver uma poderosa IV Internacional se não se assimila as aquisições do movimento trotskysta no seio das massas, no qual a contribuição do POR boliviano é imensurável. Tem demonstrado a validade do trotskismo e como estruturar um partido cujas idéias constituem uma das tendências políticas mais poderosas em âmbito nacio-

nal.

II. A maturidade política do proletariado

Está aberta a perspectiva da revolução dirigida pelo proletariado porque este e os explorados já amadureceram em sua experiência nacionalista cheia de traições. Viveu-se o ciclo nacionalista desde seus protestos de adesão ao marxismo até a sua degeneração fascista e pró-imperialista.

Esgotada a experiência nacionalista, as massas tem amadurecido para compreender o programa do POR.

O nacionalismo, servente da metrópole opressora tem se esgotado como resposta à necessidade histórica de consumir a libertação nacional e as tarefas democráticas.

O nacionalismo está basicamente representado pelo MNR e sua trajetória é expressão de sua

evolução sob a pressão do proletariado e das massas por um lado e, por outro, do imperialismo e da burguesia nacional.

A teoria e prática do MNR mostram que se fixou como meta o cumprimento das tarefas democráticas no marco capitalista, respeitando a propriedade privada e a convivência com o imperialismo.

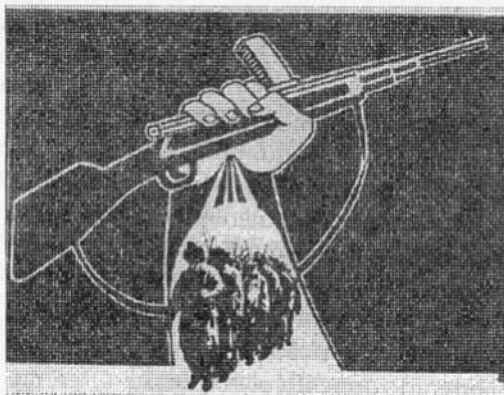
A história posterior a 1952 demonstra que seus propósitos fracassaram. As tarefas colocadas estão estagnadas, mostrando a incapacidade da direção política pequeno-burguesa, ainda que conte com o apoio multitudinário do país.

As massas radicalizadas impuseram ao Executivo a nacionalização das minas, reforma agrária e voto universal. O MNR restringiu essas medidas no marco de suas limitações classistas (capitalismo).

Indenizou os grandes mineiros; estabeleceu controle operário individual controlado por Executivo e voltou a entregar as minas ao imperialismo.

O alcance da nacionalização depende de que classe está no poder. Para que o passo de arrancar as riquezas das mãos do imperialismo se consolide, a classe operária deve tomar o poder e converter as empresas em pedra fundamental do socialismo.

A política liberal imposta pelo imperialismo se traduz na privatização das empresas estatais. A luta popular contra essa medida se orienta a expulsar do poder a burguesia.





A reforma agrária foi ditada quando grande parte da terra estava ocupada pelos camponeses, mas essa ocupação não teve apoio da classe revolucionária das cidades.

Esteve destinada a resguardar parte dos interesses do gamonalismo e a neutralizar o proletariado. O minifúndio tem acentuado a miséria e a sede de terra não tem sido saciada.

O voto universal só concedeu a semi-cidadania aos camponeses (os analfabetos não podem ser eleitos).

Há desigualdade no plano eleitoral porque o burguês tem os meios para impor suas idéias e os explorados não. Para evitar essa desigualdade há que impor o voto privilegiado a favor do proletariado.

A evolução política das massas se sintetiza na superação das ilusões democráticas, seu repúdio ao parlamentarismo. Empregam a ação na luta por seus interesses e sua libertação.

III. A aliança operária-camponesa Frente Revolucionária Antiimperialista

As massas camponesas tendem a emancipar-se da influência governamental e da burocracia sindical em sua luta diária que lhes ensina onde estão seus aliados e onde estão seus inimigos.

Os camponeses tem amadurecido para não confiarem na caricatura democrática, no governo burguês, no gorgilismo.

A mobilização e o deslocamento à esquerda do campesinato permitirão a revigoração de suas organizações e sua democratização. Nessa medida começará a girar em torno das organizações proletárias, vitalizando a COB e os seus órgãos de poder que surgirem.

O campesinato é aliado natural do proletariado, isto se evidencia na atividade diária.

A aliança operária-camponesa quer dizer que o proletariado arrasta politicamente o campesinato com consignas de solução de seus problemas. A aliança se dá no transcurso da luta. A vanguarda revolucionária ganha a confiança dos camponeses ao demonstrar sua consequência na batalha. Este é o conceito revolucionário de aliança operário-camponesa. Isso deve traduzir-se na qualidade de direção da classe operária em todas as organizações sindicais e órgãos de poder. Os camponeses são a base de sustentação e apoio da política revolucionária.

Se se diz que é um pacto de igual a igual, o processo se limitaria aos objetivos democráticos, confundindo-se com posições contra-revolucionárias.

Por aliança operário-camponesa deve entender-se a mobilização da maioria dos explorados das cidades e não só dos camponeses, atrás do proletariado. No plano da

agitação não se diz aliança dos operários com os camponeses, estudantes, professores, artesãos etc, mas simplesmente Aliança Operário-Camponesa.

Quando há um pacto entre partidos operários e pequeno-burgueses é feito dentro da perspectiva de que a luta permita ao partido operário arrancar dos outros o controle das massas e da classe média e isso deve projetar-se aos organismos sindicais e políticos.

A mobilização dos estudantes é importante e pode tornar-se perigosa e favorecer à contra-revolução senão se efetuar sob a direção do proletariado. Os estudantes devem ser educados na certeza de que eles constituem somente em auxiliares, ainda que valiosos, no processo revolucionário.

A mobilização deve partir de suas necessidades diárias. A autonomia universitária é fundamental para o processo revolucionário porque pode permitir que as universidades se convertam em canais de mobilização revolucionária das massas nas cidades com a condição de que o proletariado dirija politicamente os estudantes.

Em matéria de educação se luta por conseguir a unidade entre o trabalho manual e intelectual, que permitirá superar o desumanização do homem atual. Esse objetivo ataca a própria base do capitalismo, que parte da separação entre a teoria e a prática.

A revolução na Bolívia será protagonizada por várias classes sociais com interesses diferentes, é a característica da revolução num país atrasado. Não se pode realizar uma revolução puramente socialista, mas o proletariado, classe social revolucionária se pulará o capitalismo e estruturará o comunismo, por isso lhe corresponde a direção do processo revolucionário. As outras classes exploradas defendem sua pequena propriedade e suas explosões são só atitudes revolucionárias ocasionais.

A revolução será feita pelas massas, cuja composição social varia nos diferentes países. A chave é saber que classe social dirige politicamente a nação oprimida. Daí se extrai a diferença entre a frente antiimperialista e as frentes populares ou de unidade nacional, que são apropriadas pela burguesia e seus serventes.



A penetração imperialista possibilita a revolução dirigida pela classe operária, não só por ter contribuído para seu aparecimento, mas porque é o ponto de partida da subversão da maioria nacional.

A luta contra a opressão imperialista e pela libertação nacional é objetivo comum de várias classes sociais, mas para que conclua ou não na libertação depende de quem consiga ser direção política do movimento nacional.

Quando o proletariado dirige politicamente a nação oprimida, a libertação nacional se incorpora como um ponto ao programa da revolução proletária. Isso é a Frente Antiimperialista, tática própria dos países atrasados, vigente até que não se instaure a ditadura do proletariado.

A luta contra o imperialismo não é o único ponto de convergência das classes oprimidas, há outros como a vigência das garantias democráticas. A luta antiimperialista se cruza com outros objetivos. O processo revolucionário é uma unidade que sob a direção proletária tende a destruir toda forma de opressão de classe. A frente revolucionária não se limita ao objetivo antiimperialista, mas também coloca todos os aspectos da revolução.

No caso boliviano não poderá ocorrer movimento antiimperialista dirigido pela burguesia, porque não existe uma burguesia baseada numa poderosa indústria pesada. Seu lugar tem sido ocupado pela pequena burguesia a qual se aplicam as considerações anteriores. O POR desmascara e luta contra esse tipo de frente falsamente antiimperialista.

A frente antiimperialista dirigida pelo proletariado é a única revolucionária porque se subordina à estratégia desta classe social e que tende a destruir toda forma de opressão de classe e não só a opressão nacional.

Nem o antiimperialismo é a finalidade única e última da luta, nem a Frente Antiimperialista revolucionária deve considerar-se como a estratégia da luta dos países atrasados, mas unicamente como uma tática que permitirá à classe operária converter-se em direção nacional.

O proletariado no seio da Frente Antiimperialista, impõe seus métodos de luta ao lado de suas estratégias.

Não há que esquecer que estamos falando do proletariado organizado como classe, como consciência, como teoria política, como programa, enfim, como Partido. Atua na luta de classes como direção das massas, como política revolucionária. Isto independentemente de seu número, de que estejam ou não as massas trabalhadoras presentes nos conflitos sociais. É o POR a encarnação da política revolucionária do assalariado.

IV. Os métodos de luta

Os métodos da revolução boliviana são os métodos da revolução proletária. Os métodos de luta estão subordinados à estratégia, mas reagem sobre a finalidade última



da luta e a condicionam em certa maneira. Nem todos os métodos de luta conduzem a tomada do poder pelo proletariado, alguns (colaboracionismo classista, foquismo etc) separam as massas dessa finalidade e podem ser obstáculo na revolução.

Além dos métodos próprios do proletariado (mobilização e ação direta de massas) estão outros de que se apropria a classe revolucionária em sua luta (parlamentarismo, guerrilha). A classe operária impõe seus métodos de luta e organização das massas e modifica os usados pelas outras classes.

A ação direta quer dizer que os explorados tomam em suas mãos a solução de seus problemas e os nacionais. A greve geral é o mais poderoso método de luta próprio do proletariado.

Os métodos de luta são criações instintivas das massas em sua atividade diária e obedecem as necessidades históricas.

O Partido revolucionário não escreve receitas sobre o uso dos métodos de luta, assimila e generaliza os que fazem as massas. A experiência nacional e internacional ensina que as massas, em condições de tensão da luta de classes têm grande capacidade criadora e tiram de suas entranhas os métodos adequados sem esperar conselho dos intelectuais.

O ponto culminante da revolução é a insurreição, expressão da política proletária por métodos militares. O POR denuncia o pacifismo pequeno-burguês, ensina a responder com a violência revolucionária a violência reacionária.

A luta armada é uma manifestação da ação direta quando é usada pelas massas e não por pequenos grupos de ativistas que pretendem substituir a classe, deve estar sujeita à política do proletariado concentrada no POR.

O proletariado e os explorados têm o dever de armar-se, resgatando a experiência histórica. A classe operária se armará quando se convencer de que é um dos caminhos para se chegar ao poder. O arsenal natural das massas é o exército, daí sai o armamento do povo, não como dádiva de algum país estrangeiro.

O exército vive em meio a luta de classes e sofre as pressões das classes em luta. O ascenso revolucionário atua sobre o exército como força dissolvente, pode-se politizar as camadas mais baixas e amplas. Há que orientar o trabalho para a formação de células poristas no seio das FFAA. Os soldados, classes de sub-oficiais, que serão ganhos, passarão para nossas fileiras com suas armas. Em todas as épocas há que desenvolver um trabalho clandestino e paciente nesse plano.

(Extraído do Jornal Massas - Órgão Central do Partido Operário Revolucionário da Bolívia - nº 1468 (edição especial))

